

Comunicado

Balanço Patrimonial - Hospital Regional do Vale do Paraíba - Sociedade Beneficente São Camilo

Sociedade Beneficente São Camilo
(Hospital Regional do Vale do Paraíba)
CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 2017 e 2016.

A Diretoria

Balanço Patrimonial (em R\$1.000)					
	31/12/2017 (R\$)	31/12/2016 (R\$)		31/12/2017 (R\$)	31/12/2016 (R\$)
Circulante (Ativo)			Circulante (Passivo)		
Caixa e equivalentes de caixa	8.724.620,43	5.946.247,03	Fornecedores	8.888.115,00	7.289.398,20
Contas a Receber - Convênios e SUS	16.755.545,81	15.330.046,91	Obrigações trabalhistas	7.943.590,07	7.432.254,90
Outros Créditos	923.732,61	532.112,07	Obrigações sociais	834.788,70	775.554,96
Estoques	2.594.813,65	1.873.666,28	Obrigações fiscais	672.557,49	610.549,77
Despesas Antecipadas	8.070,42	8.248,54	Outras obrigações	7.851.902,62	8.972.017,44
Total do Ativo Circulante	29.006.782,92	23.690.320,83	Total do Passivo Circulante	26.190.953,88	26.080.774,57
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	924.657,25	965.350,80	Provisões para contingências	16.182.586,74	16.182.586,74
Imobilizado + Intangível			Total do Passivo	16.182.586,74	16.182.586,74
Imobilizado - Gestão Pública	58.445.157,09	55.639.433,23			
(-) Depreciação Acumulada	(32.717.964,15)	(30.348.199,70)	Patrimônio Líquido		
Intangível - Gestão Pública	775.371,72	766.371,72	Patrimônio Social	7.783.411,35	965.223,42
(-) Amortização Acumulada	(598.395,31)	(514.910,51)	Resultado do Exercício	5.752.982,55	8.251.682,77
Imobilizações em andamento - T.R. 05/2016	74.325,00	181.911,13	Total do Patrimônio Líquido	13.536.393,90	9.116.906,19
Total do Ativo Não Circulante	26.903.151,60	26.689.946,67	Total do Passivo + Patrimônio Líquido	55.909.934,52	50.380.267,50
Total do Ativo	55.909.934,52	50.380.267,50			

Demonstrativo de Mutações em Patrimônio Social (em R\$ 1.000)			
Descrição	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2015	(2.730.381,97)	3.600.429,91	870.047,94
Incorporação do resultado anterior	3.600.429,91	(3.600.429,91)	-
Ajustes do exer. anterior	(811,80)	-	(811,80)
Transf. / Comodato	(4.012,72)	-	(4.012,72)
Superávit Exercício	-	8.251.682,77	8.251.682,77
Saldos em 31/12/2016	865.223,42	8.251.682,77	9.116.906,19
Incorporação do resultado anterior	8.251.682,77	(8.251.682,77)	-
Transf. / Comodato	(1.333.494,84)	-	(1.333.494,84)
Superávit do Exercício	-	5.752.982,55	5.752.982,55
Saldos em 31/12/2017	7.783.411,35	5.752.982,55	13.536.393,90

Notas Explicativas para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

1. CONTEXTO OPERACIONAL A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz), mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA (filial), é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo nº 23.065/38, em 02 de novembro de 1938. A Sociedade Beneficente São Camilo tem as seguintes finalidades: I. Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor. II. Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franquê-las a quem de direito os procurar, podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde. III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias. IV. Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais. O Hospital Regional do Vale do Paraíba mantém o convênio nº 001.0500.000036/2015 iniciado em 01/07/2015 entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo. Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e como clínico com mais de 500 médicos cadastrados, o que o torna referência para 39 municípios do Estado de São Paulo. 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na ITG 2002 (R1), que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetem os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. 2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem os materiais na operação da Entidade (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.). c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes: Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. d) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos: A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2017 não realizou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. e) Imobilizado: Registra-se ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso) se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Em 2016 a Entidade recebeu o Termo de Retificação nº 05/2016 para Investimentos visando adequação física do Prédio Administrativo do Hospital Regional do Vale do Paraíba. A reforma foi finalizada em junho de 2017 e a movimentação financeira apresenta-se conforme segue:

ORIGENS DOS RECURSOS	
Termo de Retificação - Investimento	2016 / 2017
Repasse SES - T.R. 05/2016	606.337,11
Rendimentos s/ aplicações financeiras - 2016	1.713,24
Rendimentos s/ aplicações financeiras - 2017	8.500,92
Recursos próprios da Entidade	43,38
Total	616.594,65

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	
Movimentação Financeira	2016/2017
Obra e reforma - T.R. 05/2016 (Pagtos em 2016)	179.354,52
Obra e reforma - T.R. 05/2016 (Pagtos em 2017)	426.982,59
Bens e Mat. Permanentes - (T.R. 05/2016)	9.796,62
Bens e Mat. Permanentes - (Recursos Próprios)	43,38
Despesas Finan. e Bancárias (2016 / 2017)	417,54
Total	616.594,65

(F) Apuração do resultado do exercício: As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência.

(G) Patrimônio Líquido: O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávits e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2017 (R\$)	31/12/2016 (R\$)
Caixa geral - Rec. Próprio	2.024,70	2.042,80
Contas correntes - Rec. Público	-	-
Contas correntes - Rec. Próprio	65,64	96,57
Aplicações financeiras - Recurso Público	4.488.778,13	2.542.784,80
Aplic. financeiras - T.R. 05/2016	-	428.588,83
Aplicações financeiras - Recurso Próprio	4.233.751,96	2.972.734,03
Total	8.724.620,43	5.946.247,03

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados pelo Fundo de Investimento de Renda Fixa Curto Prazo Automático do Banco do Brasil, que apresentam carteira composta, isolada ou cumulativamente, por títulos públicos federais prefixados ou pós fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os títulos componentes da carteira deverão ter prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e o prazo médio da carteira deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIOS

Ativo Circulante	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$
Créditos com Pacientes Particulares	796.292,65	359.312,90
Créditos com Pacientes Convênios	12.596.031,58	12.468.943,40
Créditos de Pacientes do SUS	6.320.082,60	5.207.093,01
(-) Perdas Est. em Créditos de Liq. Duvidosa	(2.956.861,02)	(2.705.302,40)
Total	16.755.545,81	15.330.046,91

5. OUTROS CRÉDITOS

Outros Créditos - Circulante	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$
Créditos de Funcionários	374.429,45	285.021,71
Empréstimos de Mat/Medic.	144.442,35	128.376,33
Outros Créditos	404.860,81	118.714,03
Total	923.732,61	532.112,07

6. ESTOQUES

Estoque - Circulante	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$
Drogas e Medicamentos	915.318,84	669.236,19
Materiais de uso paciente	1.033.969,87	779.938,92
Gêneros Alimentícios	11.796,49	6.933,33
Produtos de Limpeza	62.187,45	32.570,37
Impressos Mat. de Expediente	36.571,86	3.564,85
Materiais de Laboratório	147.428,08	118.653,33
Materiais em Consignação	193.174,65	160.675,08
Outros Materiais	103.486,20	62.292,09
Materiais Diversos	-	39.802,12
Total	2.594.813,65	1.873.666,28

Demonstração do Resultado do Exercício		
	31/12/2017 (R\$)	31/12/2016 (R\$)
Receitas - Saúde		
Receitas Operacionais		
Receitas - Convênios/Particulares	59.825.867,52	57.321.124,29
(-) Glosas - Convênios/Particulares	(357.690,28)	(1.121.132,89)
Receitas - SUS	63.568.203,63	57.554.711,42
(-) Glosas - SUS	(2.846.731,16)	(2.186.587,73)
Receitas - Conv. - Eco. Saúde	63.120.000,00	63.120.000,00
Receitas c/ Subvenções Estaduais	-	-
Gratuidades		
Custo Gratuitudes Concedidas	45.215.970,76	43.490.220,72
(-) Isenção Gratuitudes Concedidas	(45.215.970,76)	(43.490.220,72)
(=) Receita Operacional Líquida	183.309.649,71	174.688.115,09
Custos - Saúde		
(-) Custo dos Serviços Prestados	(161.719.476,97)	(151.861.755,13)
(-) Isenção das Contribuições Previdenciárias/Sociais		
Custo Contribuições Previdenciárias	12.957.481,12	11.359.388,38
(-) Isenção das Cont. Previdenciárias	(12.957.481,12)	(11.359.388,38)
Custo COFINS	7.537.271,27	7.202.869,91
(-) Isenção COFINS	(7.537.271,27)	(7.202.869,91)
Custo CSLL	517.768,43	742.651,44
(-) Isenção CSLL	(517.768,43)	(742.651,44)
(=) Lucro Bruto	21.590.172,74	22.826.359,96
(+/-) Despesas Administrativas		
Custos com Pessoal	(16.195.753,59)	(15.368.678,34)
Serviços de Terceiros	(327.596,78)	(471.689,47)
Materiais Médicos Reembolsáveis	(227.418,35)	(221.580,07)
Impostos, Taxas e Contribuições Gerais	(6.450,44)	(3.320,89)
Gerais	(1.561.532,43)	(1.249.315,14)
3.213.351,15	5.551.776,05	
(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais		
Receitas com Doações	2.663.884,68	3.026.109,43
Receitas Diversas	735.188,33	627.174,27
Receitas c/ Subv. Estaduais	424.435,98	181.901,13
Despesas Diversas	(2.516.707,03)	(2.556.367,51)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas	4.520.153,12	6.790.593,37
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		
Receitas Financeiras	1.298.623,11	1.548.447,94
Despesas Financeiras	(65.793,68)	(67.350,54)
1.232.829,43	1.481.098,40	
(=) Superávit/Déficit do Exercício	5.752.982,55	8.251.682,77

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	31/12/2017 (R\$)	31/12/2016 (R\$)
Resultado do Exercício	5.752.982,55	8.251.682,77
Ajustes:		
Depreciação	2.453.249,25	1.325.290,01
Transferências	(1.333.494,84)	(4.012,72)
(=) Total	6.872.736,96	9.572.151,26
Redução / (Aumento) Contas a Receber / Outros créditos	(1.817.119,44)	(2.124.505,33)
Redução / (Aumento) Estoques	(721.147,37)	178.205,38
Redução / (Aumento) Despesas Antecipadas	178,12	297.174,93
Redução / (Aumento) Realizável não circulante	40.693,55	(117.873,46)
(Redução) / Aumento de fornecedores	1.598.716,80	(2.643.695,55)
(Redução) / Aumento de Obrigações trabalhistas	511.335,81	788.538,53
(Redução) / Aumento de obrigações sociais	58.233,80	79.603,25
(Redução) / Aumento de obrigações tributárias	62.007,72	74.180,18
(Redução) / Aumento de outras obrigações	(1.120.114,82)	899.049,27
(Redução) / Aumento de exigível não circulante	-	1.825.583,14
Caixa Líquido vindo de atividades operacionais	5.485.521,13	8.828.411,60
(Aquisição) / Baixa do ativo imobilizado	(2.698.147,73)	(3.094.023,40)
(Aquisição) / Baixa do ativo intangível	(9.000,00)	(202.315,74)
Caixa Líquido das atividades de investimentos	(2.707.147,73)	(3.296.339,14)
Aumento / diminuição de caixa e equiv. de caixa	2.778.373,40	5.532.072,46
Caixa e equiv. de caixa no início do período	5.946.247,03	414.174,57
Caixa e equiv. de caixa no final do período	8.724.620,43	5.946.247,03

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - GESTÃO PÚBLICA

Imobilizado - Gestão Pública	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$	Taxa Deprec. Anual
Benfeitorias Imóveis	28.679.362,78	27.550.912,87	4%
Terceiros	606.337,11	-	4%
Benfeitorias Imóveis	-	-	-
Terceiros - T.R. 05/2016	-	-	-
Móveis e Máquinas	13.531.447,84	14.135.148,95	10%
Móveis e Máquinas	9.840,00	-	10%
T.R. 05/2016	-	-	-
Apar./Instrum. Medicina e Cirurgia	12.322.717,29	10.811.937,33	20%
Equipamentos Proc.	1.494.028,72	1.474.469,40	20%
Dados	-	-	-
Equipamentos de laboratório	137.404,01	89.708,01	20%
Instalações	1.233.791,72	1.233.791,73	10%
Biblioteca	25.968,49	21.525,28	10%
Outros Imobilizados	323.359,13	241.039,66	10%
Veículos	80.900,00	80.900,00	20%
58.445.157,09	55.639.433,23		
(-) Depreciação acumulada	(32.717.964,15)	(30.348.199,70)	
(=) Imobilizado - líquido	25.727.192,94	25.291.233,53	

Sociedade Beneficente São Camilo
(Hospital Regional do Vale do Paraíba)
CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

Intangível – Gestão Pública	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$	Taxa Depreciação Anual
Software	775.371,72	766.371,72	20%
(-) Amortização acumulada	(598.395,31)	(514.910,51)	
(-) Intangível – liquido	176.976,41	251.461,21	
Imobilizações em Andamento – Gestão Pública	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$	Taxa Depreciação Anual
Construções em andamento – TR, 05/2016	-	181.901,13	0%
Imobilizações em Andamento	74.325,00	-	0%
	74.325,00	181.901,13	

8. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$
Fornec. de Mat. e Medicamentos	3.082.065,30	2.596.625,16
Fornec. de Serviços Médicos	30.425,96	28.795,09
Fornec. de Serviços Diversos	219.654,69	374.066,63
Fornec. de Imobilizado	132.185,27	222.347,49
Fornec. de Mat. Consignados	4.530.527,67	3.134.516,28
Fornec. de Mat. Diversos	893.256,11	933.047,65
Fornecedores	8.888.115,00	7.289.398,20

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E FISCAIS

Obrigações	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$
Ordenados a Pagar	2.698.444,19	2.423.031,92
Provisão de Férias e Encargos	5.245.145,88	5.009.222,34
Obrigações Trabalhistas	7.943.590,07	7.432.254,26
FGTS a Recolher	432.326,28	379.844,76
INSS a Recolher	314.391,50	291.324,83
INSS a Recolher de Terceiros	17.160,38	42.308,49
PIS a Recolher	69.853,97	61.751,98
Outras Obrigações Sociais	1.056,57	1.324,84
Obrigações Sociais	834.788,70	776.554,90
IRRF a Recolher	333.652,24	248.493,67
IRRF a Recolher de Terceiros	62.224,27	67.947,28
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	198.699,36	216.913,25
ISS na Fonte a Recolher	77.981,62	77.195,57
Obrigações Fiscais	672.557,49	610.549,77

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$
Honorários Médicos a Pagar	6.365.857,05	7.160.046,27
Subvenções a Realizar (T.R. 05/16)	-	424.435,98
Contas a Pagar	1.088.273,45	1.013.677,56
Empréstimos a Repassar	184.545,16	183.370,91
Outras Obrigações	22.090,41	23.765,76
Empréstimos de Materiais	191.136,55	166.720,96
Outras Obrigações Circulante	7.851.902,62	8.972.017,44

11. PROCESSOS TRABALHISTAS E JUDICIAIS:
Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis e trabalhistas, que se encontram em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelos consultores jurídicos e por julgamento da administração. Em 2017 a administração da entidade optou por manter o saldo existente da provisão apurada em 2016, no montante de R\$ 16.182.586,74

12. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTROPICOS:

A entidade mantém controles que demonstram no exercício de 2017 o cumprimento do percentual de 79,88% de atendimento à pacientes do SUS, medida por paciente-dia, cumprida e determinada pelo art. 12, 101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS e Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE).

Sistema AIIH/CIH - 2017				
Mês	AIIH SUS/Gratuitos	CIH	Total Mensal	% SUS
Janeiro	4.233	1.241	5.474	77,33%
Fevereiro	4.370	1.114	5.484	79,69%
Março	5.398	1.547	6.945	77,72%
Abril	4.889	1.126	6.015	81,28%
Maio	4.763	1.148	5.911	80,58%
Junho	5.147	1.129	6.276	82,01%
Julho	4.404	1.038	5.442	80,93%
Agosto	4.422	938	5.360	82,50%
Setembro	4.182	893	5.075	82,40%
Outubro	5.421	1.448	6.869	78,92%
Novembro	5.070	1.035	6.105	83,05%
Dezembro	4.360	1.614	5.974	72,98%
Total Geral	56.659	14.271	70.930	79,88%

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

Gratuidades: representa o total de recursos aplicado no ano no atendimento à população em geral. A apuração do montante contabilizado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS – Sistema Único de Saúde. Durante o ano de 2017 o montante foi de R\$ 45.215.970,76, e em 2016 foi de R\$ 43.490.220,72.

Demonstrativo das Receitas na Área da Saúde		
Discriminação	31/12/2017	31/12/2016
Receitas do Contrato de Gestão	63.120.000,00	63.120.000,00
Receitas do SUS	63.568.203,63	57.554.711,42
Receitas Convênios/Particulares	59.825.867,52	57.321.124,29
(-) Glosas/SUS/Convênios/Devol.	(3.204.421,44)	(3.307.720,62)
Doações	2.663.884,69	3.026.109,43
Receitas Financeiras	1.298.623,11	1.548.447,94
Outras Receitas Operacionais	735.188,33	627.174,27
Outras Receitas com Sub. Estaduais	424.435,98	181.901,13
Total – Base de Cálculo	188.431.781,42	180.071.747,86
Gratuidades em Serviços de Saúde	45.215.970,76	43.490.220,72

- Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais: representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas, conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, Decretos nº 7.237/2010 de 20/07/2010 e nº 7.300/2010 de 14/09/2010, estando assim compostas:

Isenções Usufruídas	31/12/2017 R\$	31/12/2016 R\$
INSS – Quota Patronal	12.957.481,12	11.359.388,38
COFINS	7.537.271,27	7.202.869,91
CSLL	517.768,43	742.651,44
Total	21.012.520,82	19.304.909,73

13. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

A Entidade é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 622, de 05 de julho de 2012. O Processo de renovação nº 25000.178642/2015-39 do certificado da entidade encontra-se em análise no Ministério da Saúde, órgão responsável pela análise e a decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam serviços na área da saúde, considerando a competência conferida ao Ministério da Saúde pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Bem como, foi protocolado em 25 de outubro de 2016, tempestivamente, o processo de renovação nº 25000.148601/2016-07.

14. RECEITAS OPERACIONAIS:

O Hospital Regional do Vale do Paraíba encaminha para a Secretaria de Estado da Saúde, Relatório trimestral de Auditoria independente com parecer sobre a posição contabilizada das receitas procedentes de serviços alheios ao presente instrumento.

15. SUPERÁVITO DE EXERCÍCIO:

Em 2017 a Entidade manteve intencionalmente projetos de redução de custos, obtendo um bom desempenho financeiro para desenvolver suas atividades.

16. APLICAÇÕES DE RECURSOS:

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

17. COBERTURA DE SEGUROS:

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

14. RECEITAS OPERACIONAIS 2017 (Receitas Alheias)												
ANO 2017		1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre	
MESES		Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro
DEMAIS RECEITAS		5.220.407,89	4.462.202,40	5.923.577,86	4.128.109,11	5.608.991,36	5.317.829,87	5.420.256,30	5.557.944,73	4.105.432,42	5.148.977,11	4.537.257,01
Particulares		73.237,82	125.951,03	221.548,13	55.881,49	45.424,07	47.681,93	71.449,67	447.270,17	43.945,72	58.494,77	49.222,99
Convênios Privados (-)		4.998.802,24	4.152.904,33	5.298.988,63	3.799.952,83	5.347.571,09	5.192.314,76	4.926.131,65	4.921.618,07	3.880.425,17	5.724.075,78	5.489.826,19
Glosas		148.367,83	183.347,04	403.041,10	272.274,79	215.996,20	77.833,18	422.674,98	189.056,49	181.061,53	365.506,56	58.207,83
Doações Mat. Med. Imob.		64.180,55	38.051,81	45.533,55	70.426,05	74.534,46	46.896,31	40.923,36	54.763,45	38.978,67	39.009,86	55.610,97
RECEITAS DIVERSAS		64.180,55	38.051,81	45.533,55	70.426,05	74.534,46	46.896,31	40.923,36	54.763,45	38.978,67	39.009,86	55.610,97
Receitas com Aluguéis		5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Recuperações Diversas		14.631,17	15.822,71	14.006,94	15.469,21	17.414,57	16.523,76	17.915,67	18.502,20	17.996,97	17.139,20	18.474,08
Outras Receitas Diversas		1.065,90	653,50	1.566,35	982,20	27.117,08	1.316,10	1.102,78	1.627,28	981,70	1.870,66	6.121,26
Glosas Recuperadas		28.483,48	1.575,60	9.960,28	33.994,64	10.002,81	9.056,45	1.904,91	14.633,97	0,00	0,00	11.015,63
Convênio com UNIAU		15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS		106.827,33	99.034,20	116.522,98	92.287,11	182.137,55	91.779,78	124.657,46	105.648,49	109.009,02	111.846,57	79.877,96
Rend. s/ Aplc. Financeiras		40.700,07	38.015,49	57.112,88	41.120,97	57.398,46	54.538,64	55.833,46	56.942,28	45.010,22	47.080,45	36.717,55
Juros e Correções Mon.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.140,49	0,00	0,00	1.949,27	0,00	0,00
Descontos Obtidos		66.127,26	61.018,71	59.410,10	51.146,14	124.739,09	36.100,65	68.824,00	48.698,21	53.040,53	64.760,12	43.160,41
TOTAL POR MÊS		5.391.415,77	4.599.288,41	6.085.634,39	4.290.802,27	5.865.663,37	5.456.505,96	5.585.837,12	5.718.348,67	4.244.411,11	6.298.927,54	4.672.745,94
TOTAL POR TRIMESTRE		16.076.338,57	16.076.338,57	16.076.338,57	16.076.338,57	16.076.338,57	16.076.338,57	16.076.338,57	16.076.338,57	16.076.338,57	16.076.338,57	16.076.338,57

Márcio do Espírito Santo - Diretor Administrativo Corporativo

Nilton Cesar dos Santos - Diretor Financeiro Corporativo

Irene Rodrigues Damasceno de Oliveira - CRC CT

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da Filial Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional Vale do Paraíba Taubaté-SP.
Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais da unidade conveniada da Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional do Vale do Paraíba (Entidade) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Regional do Vale do Paraíba, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade Beneficente São Camilo e ao Hospital Regional do Vale do Paraíba, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas práticas internas que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso de base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Hospital Regional do Vale do Paraíba ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Hospital Regional do Vale do Paraíba são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que o auditor, realizando de acordo com as normas brasileiras de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de

distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 02 de fevereiro de 2018. GALLORO & ASSOCIADOS Auditores Independentes CRC FJ Ana Maria Galloro Laporta Sôcia – Diretora CRC